



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



Caderno de Provas

**TAE
101**

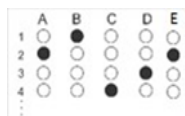
ASSISTENTE DE ALUNOS

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

Valorizar as culturas das infâncias é o primeiro passo contra a adultização

Ana Paula Yazbek e Miruna Kayano Genoino

Agosto foi definido pelo governo federal como o mês da primeira infância, mas vivemos uma contradição. Enquanto iniciativas buscam valorizar os primeiros anos de vida, surgem denúncias de hiperexposição e exploração de crianças na internet. O termo que ganhou força é "adultização", quando meninas e meninos são pressionados a assumirem comportamentos e estéticas que não correspondem à sua idade. Como agir diante disso?

Antes de tudo, para combater esse tipo de comportamento, para além da regulamentação das redes sociais que já está sendo discutida no Congresso Nacional e do compromisso de todos com o tema (famílias e escolas), é preciso que a sociedade reconheça a importância e o direito de ser criança.

A infância é um período repleto de descobertas, imaginação e aprendizagens que não se resumem a conteúdos, mas à própria experiência de ser criança. Brincar livre, ouvir e contar histórias, mergulhar em jogos simbólicos e na curiosidade espontânea fazem parte do que chamamos de culturas das infâncias. E dizemos no plural por reconhecer a diversidade racial, social, de gênero, cultural e econômica das crianças em diferentes territórios e tempos históricos.

É por meio dessas experiências da infância que a criança constrói sua identidade, desenvolve habilidades socioemocionais e aprende a se relacionar com o mundo ao seu redor. Quando respeitamos e incentivamos essa cultura, contribuimos para uma formação mais saudável e integral, onde há espaço para a ludicidade, para o erro como parte do processo de aprendizagem e para o tempo próprio de cada etapa do desenvolvimento.

Por outro lado, a adultização impõe às crianças padrões estéticos, consumistas e comportamentais próprios do mundo adulto. Isso pode ser observado, por exemplo, na sexualização precoce em mídias e roupas, ainda mais forte nas meninas, na pressão por desempenho em excesso, e na substituição do brincar por agendas cheias de compromissos. Esses fatores podem gerar ansiedade, estresse e até dificuldades de socialização, além de comprometer o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. O excesso de estímulos, a falta de tempo livre e o acesso irrestrito a mídias adultizantes corroem a espontaneidade, a criatividade e a liberdade de ser criança.

Ou seja, a adultização precoce pode apagar a cultura das infâncias, diminuindo a importância do "aqui e agora" em prol de um "tornar-se" alguém. Esse é um lugar de exposição, de desamparo, já que a criança não tem mecanismos cognitivos, afetivos, emocionais, físicos, para lidar com o que representa essa adultização.

A criança tem de estar no lugar de criança, vivendo experiências que ela só pode viver nessa fase, como a experimentação intensa das muitas oportunidades que lhe são apresentadas, fazendo muitas perguntas, ouvindo respostas, recebendo olhares e gestos que as acolhem. Por isso, valorizar a infância não significa impedir ou desvalorizar a presença e o comportamento dos adultos. Pelo contrário, os adultos são os responsáveis por oferecer às crianças condições, espaços e ambientes para que elas sejam produtoras dessa cultura. E devem participar desse desenvolvimento da infância, não só controlar e observar.

Assim, ao estar com as crianças nos momentos de brincadeira livre, por exemplo, aprendemos o que está acontecendo com elas, observamos quais decisões tomam, quem consegue brincar bem, quem ainda está ficando sozinho. Nesse processo, nós, adultos, podemos ser um pouquinho mais crianças para termos trocas significativas. Se não formos, as crianças podem ter como experiência maior a entrada no mundo adulto, com todas as suas consequências.

Mas quantas infâncias são desamparadas? Seja pelas políticas públicas, dentro de escolas que não conseguem cuidar efetivamente delas ou de famílias sem condições básicas. É urgente que famílias, educadores, instituições e a sociedade como um todo reflitam sobre o papel que estamos atribuindo às crianças.

Educar contra a adultização é também um ato político e de cuidado: envolve garantir os direitos das crianças — brincar, conviver, aprender, se expressar —, assim como lutar por uma infância inclusiva, criativa e culturalmente rica. Valorizá-la é recuar da lógica produtiva e dar espaço ao afeto, à imaginação, à diversidade e à proteção de sua identidade própria. É compreender que a criança não é um "miniadulto", mas um indivíduo em desenvolvimento que precisa de apoio, cuidado e espaço para ser criança.

Disponível em: correio braziliense.com.br. Acesso em: 02 set. de 2025. [Adaptado]

1. Com base na leitura do texto, depreende-se que
 - A) o regulamento das redes sociais é uma intervenção fundamental para se combater a adultização.
 - B) as crianças precisam experienciar, paulatinamente, padrões estéticos, consumistas e comportamentais.
 - C) a educação escolar supervaloriza apenas a transmissão de conteúdo em detrimento da valorização do ato de brincar.
 - D) o processo para se combater a adultização das crianças brasileiras ainda precisa ser iniciado.
 - E) as crianças brasileiras, de modo geral, estão desamparadas pelas políticas públicas e pelas famílias.

2. Considerando a intenção comunicativa prioritária, o texto configura-se em uma organização composicional, predominantemente,
 - A) descritiva, por dar visibilidade a uma imagem da problemática por que passam, cotidianamente, as crianças brasileiras.
 - B) argumentativa, por defender ideia polêmica em relação ao papel dos pais e da educação brasileira na formação dos estudantes mais jovens em tempos de tecnologias digitais.
 - C) injuntiva, por sugerir encaminhamentos teórico-metodológicos para se promover competências nas crianças a fim de protegê-las das mídias adultizantes.
 - D) explicativa, por apresentar motivos que justificam o combate ao processo de adultização das crianças brasileiras.
 - E) narrativa, por apresentar ações intervencionistas necessárias para que as crianças sejam estimuladas pelos adultos a terem uma infância inclusiva e criativa.

3. Considerando a progressão discursiva, a ideia central do quinto parágrafo está
 - A) explícita e localizada no segundo período.
 - B) diluída nos dois primeiros períodos, precisando ser reconstituída.
 - C) diluída nos dois últimos períodos, precisando ser reconstituída.
 - D) implícita e deve ser deduzida a partir das informações expostas.
 - E) explícita e localizada no primeiro período.

4. Em relação ao quinto parágrafo, do ponto de vista da coesão,
 - A) o último período está interligado ao restante do parágrafo por uma elipse de um pronome demonstrativo, procedimento responsável pela manutenção temática.
 - B) os períodos estão interligados por duas anáforas, procedimentos linguísticos responsáveis pela progressão temática.
 - C) os períodos estão interligados por três anáforas, procedimentos linguísticos responsáveis pelo acréscimo de informação.
 - D) o último período está interligado ao restante do parágrafo por uma elipse de um conector de conclusão, procedimento responsável pelo acréscimo de informação.
 - E) os períodos estão interligados por uma anáfora e uma elipse, ambas responsáveis pela progressão temática.

5. O título do texto é um elemento
 - A) pré-textual e amplia, de maneira denotativa, o eixo central da discussão.
 - B) intertextual e amplia, de maneira conotativa, o enfoque temático às culturas das infâncias.
 - C) paratextual e restringe, de maneira denotativa, o enfoque temático às culturas das infâncias.
 - D) paratextual e restringe, de maneira conotativa, o eixo central da discussão.
 - E) pré-textual e mantém, de maneira denotativa, uma relação coerente com as informações.

6. O texto é construído por meio do uso linguístico
- A) exclusivo da primeira pessoa do plural, procedimento que garante o caráter de impessoalidade às ideias discutidas, mas é inadequado à sequência textual produzida.
 - B) exclusivo da primeira pessoa do plural, procedimento que garante o grau de imparcialidade e é adequado ao gênero textual produzido.
 - C) dominante da primeira pessoa do plural, procedimento utilizado para aumentar a credibilidade e a autoridade do argumento, tornando a mensagem universal e imparcial.
 - D) exclusivo da primeira pessoa do plural, procedimento utilizado para neutralizar a subjetividade, ocultando as autoras do texto.
 - E) dominante da primeira pessoa do plural, procedimento que revela o grau de envolvimento das autoras com o tema do texto.

7. Considere o trecho a seguir.

A criança tem de estar no lugar de criança, vivendo experiências que **ela**[1] só pode viver nessa fase, como a experimentação intensa das muitas oportunidades que **lhe**[2] são apresentadas, fazendo muitas perguntas, ouvindo respostas, recebendo olhares e gestos que **as**[3] acolhem.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) [1] e [3] são pronomes pessoais do caso oblíquo utilizados para retomar o mesmo referente e têm a função de sujeito.
 - B) [2] e [3] são pronomes pessoais do caso oblíquo utilizados para retomar o mesmo referente, mas têm funções sintáticas distintas.
 - C) [2] e [3] são pronomes pessoais do caso reto utilizados para retomar referentes distintos e têm a função de objeto direto.
 - D) [2] e [3] são pronomes pessoais do caso reto utilizados para retomar referentes distintos e têm funções sintáticas distintas.
 - E) [1] e [2] são pronomes pessoais do caso reto utilizados para retomar o mesmo referente e têm a função de sujeito.
8. Considere o trecho reproduzido a seguir.

Quando respeitamos e incentivamos essa cultura, contribuimos para uma formação mais saudável e integral, **onde** há espaço para a ludicidade, para o erro como parte do processo de aprendizagem e para o tempo próprio de cada etapa do desenvolvimento.

Nesse trecho, a palavra em destaque está em

- A) dissonância com o português escrito padrão. Como exerce a função sintática de adjunto adverbial, deve ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “a qual”.
- B) dissonância com o português escrito padrão. Como exerce a função sintática de sujeito, deve ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “em que”.
- C) dissonância com o português escrito padrão. Como exerce a função sintática de adjunto adverbial, deve ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “na qual”.
- D) concordância com o português escrito padrão. Como exerce a função sintática de sujeito, não deve ser substituída por outro elemento linguístico, porque essa substituição causará prejuízo ao sentido.
- E) concordância com o português escrito padrão. Como exerce a função adjunto adverbial, não deve ser substituída por outro elemento linguístico, porque essa substituição causará prejuízo ao sentido.

9. Analise o período a seguir.

Valorizá-la é recuar da lógica produtiva e dar espaço ao afeto, à imaginação, à diversidade e à proteção de sua identidade própria.

Analisando esse período, deve se concluir que

- A) o paralelismo sintático marcado pela reiteração da crase garante a clareza do enunciado.
- B) o paralelismo sintático é utilizado como um recurso estilístico para alcançar efeito literário.
- C) o paralelismo semântico marcado pela reiteração da locução adverbial garante a manutenção do sentido das palavras.
- D) a quebra do paralelismo morfológico marcada pelo uso indiscriminado de substantivos masculino e feminino, compromete a progressão das ideias.
- E) a quebra do paralelismo semântico marcada pela expressão substantiva “ao afeto” prejudica a compreensão geral da frase e torna a leitura mais trabalhosa.

10. Considere o parágrafo a seguir.

Educar contra a adultização é também um ato político e de cuidado: envolve garantir os direitos das crianças — brincar, conviver, aprender, se expressar —, assim como lutar por uma infância inclusiva, criativa e culturalmente rica. Valorizá-la é recuar da lógica produtiva e dar espaço ao afeto, à imaginação, à diversidade e à proteção de sua identidade própria. É compreender que a criança não é um “miniadulto”, mas um indivíduo em desenvolvimento que precisa de apoio, cuidado e espaço para ser criança.

Sobre a pontuação desse parágrafo, conforme o português padrão escrito, é correto afirmar:

- A) os dois-pontos poderiam ser substituídos por ponto-e-vírgula, sem alteração de sentido.
- B) os dois-pontos poderiam ser substituídos por uma vírgula, mas haveria alteração do sentido.
- C) os travessões foram utilizados para marcar uma pausa respiratória e enfatizar a informação.
- D) a vírgula utilizada após o segundo travessão é inadequada, pois altera a relação sintática.
- E) o emprego de uma vírgula após “desenvolvimento” não altera a relação sintático-semântica.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No sistema operacional Windows, o gerenciamento de arquivos e pastas desempenha um papel fundamental para manter a organização, garantindo a agilidade no manuseio de dados. Uma prática correta e recomendada para um bom gerenciamento de arquivos é

- A) renomear um arquivo alterando apenas sua extensão, já que isso não compromete sua abertura pelo programa associado.
- B) criar pastas e subpastas para organizar documentos por assunto, evitando que fiquem todos concentrados em um único diretório.
- C) mover um arquivo utilizando o atalho “ctrl+c” e depois “ctrl+v”, entendendo que, dessa forma, ele será apenas transferido.
- D) excluir um arquivo utilizando apenas a tecla “delete”, já que tal procedimento apaga o conteúdo de forma definitiva.
- E) organizar arquivos importantes, deixando-os na área de trabalho, já que esse espaço é um local seguro e adequado para armazenamento permanente.

12. A principal função da barra de tarefas no sistema operacional Windows é
- A) permitir apenas o desligamento e a reinicialização do computador.
 - B) exibir exclusivamente o conteúdo da área de trabalho.
 - C) armazenar arquivos e pastas, funcionando como um substituto do Windows Explorer.
 - D) exibir apenas o menu Iniciar e alguns atalhos de programas pré-instalados.
 - E) reunir os ícones dos programas abertos e oferecer acesso rápido a recursos.
13. No sistema operacional Windows, o Painel de Controle é utilizado para
- A) executar programas e aplicativos instalados para uso direto do usuário.
 - B) ajustar configurações do computador, como som, rede e energia.
 - C) controlar as pastas e os documentos criados pelo usuário no computador.
 - D) alterar o conteúdo de documentos salvos no computador.
 - E) controlar as permissões de acesso aos arquivos presentes no Windows Explorer.
14. Um dos *softwares* utilizados para fazer apresentações é o Microsoft Power Point. Nesse *software*, o recurso “Transições” é utilizado para
- A) definir como um slide passa para o próximo durante a apresentação.
 - B) definir como o texto aparece dentro do slide, linha por linha.
 - C) salvar a apresentação em diferentes formatos, como PDF ou vídeo.
 - D) aplicar efeitos visuais em elementos dentro do slide.
 - E) inserir formas, gráficos ou fluxogramas nos slides.
15. Quando se trata de *software* de escritórios para edição de textos, planilhas e apresentações, existem algumas opções disponíveis. Algumas dessas opções são *softwares* proprietários, tais como o
- A) LibreOffice, disponível para ser instalado no Windows, macOS e Linux.
 - B) LibreOffice, disponível apenas para os sistemas operacionais Linux.
 - C) Microsoft Office, que pode ser instalado no Windows e também no macOS.
 - D) Notepad++, distribuído sob a Licença Pública Geral.
 - E) Microsoft Office, disponível apenas para o sistema operacional Windows.

LEGISLAÇÃO APLICADA

16. Conforme a definição do Art. 40 da Lei nº 8.112/1990, o vencimento consiste
- A) no valor recebido pelo exercício de uma função de confiança.
 - B) no total recebido pelo servidor, incluindo gratificações e adicionais.
 - C) na indenização paga por despesas de viagem.
 - D) na retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - E) no subsídio pago aos agentes políticos.
17. A convalidação de um ato administrativo é uma faculdade da Administração Pública. Isso significa que a autoridade
- A) precisa de autorização judicial para convalidar.
 - B) é obrigada a convalidar sempre que o vício for sanável.
 - C) pode escolher entre convalidar ou anular o ato, se o vício for sanável.
 - D) é proibida de convalidar atos que gerem despesas aos cofres públicos.
 - E) precisa do requerimento do interessado para a convalidação.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

18. O Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) define que o prazo de vigência da ata de registro de preços será
- A) o mesmo prazo de vigência do contrato a ser assinado, podendo ser prorrogado por igual período.
 - B) de 1 ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem do preço.
 - C) de 2 anos, sem possibilidade de prorrogação.
 - D) o prazo que for definido no edital, sem limite legal, podendo ser prorrogado por igual período.
 - E) de 6 meses, improrrogáveis.
19. Um particular que, mesmo não sendo agente público, induz ou concorre dolosamente para a prática de um ato de improbidade
- A) responde apenas por crimes comuns, não pela lei de improbidade.
 - B) está sujeito à lei de improbidade, porém com sanções mais brandas do que as do agente público.
 - C) responde apenas com a obrigação de ressarcir o dano no âmbito civil.
 - D) responde, apenas, se também tiver obtido algum proveito econômico.
 - E) está sujeito às mesmas sanções previstas para o agente público, no que couber.
20. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, o interessado em um processo administrativo tem o direito de se fazer assistir por advogado, de forma
- A) limitada à fase recursal do processo, pois, durante a fase de conhecimento, o acusado possui a presunção de inocência.
 - B) condicionada à autorização da autoridade processante ou por determinação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
 - C) obrigatória, para garantir a igualdade processual e paridade de armas com a administração pública.
 - D) gratuita, com defensor custeado pelo órgão administrativo, tendo em vista o princípio constitucional do acesso à justiça.
 - E) facultativa, salvo quando a representação for obrigatória por força de lei.
21. A garantia constitucional que visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, denomina-se
- A) *Habeas Data*.
 - B) Mandado de Segurança.
 - C) Mandado de Injunção.
 - D) Ação Popular.
 - E) *Habeas Corpus*.
22. O princípio que fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, prevista no Art. 37, § 6º, da Constituição Federal, é denominado de
- A) Legalidade Estrita.
 - B) Culpa Administrativa.
 - C) Repartição dos Encargos Sociais.
 - D) Risco Integral.
 - E) Risco Administrativo.

23. A nomeação de um candidato aprovado em concurso público é um ato que cria uma nova situação jurídica para ele, transformando-o em servidor. Quanto aos efeitos, é considerado um ato
- A) constitutivo.
 - B) extintivo.
 - C) modificativo.
 - D) abstrato.
 - E) declaratório.
24. Conforme a Lei Federal nº 11.892/2008, a escolha dos Diretores-Gerais dos *campi* dos Institutos Federais ocorre por meio de consulta à comunidade do respectivo *campus*. A participação dos segmentos da comunidade (corpo docente, servidores técnico-administrativos e corpo discente) no processo de consulta terá um
- A) peso de 70% para docentes e 30% para técnicos e discentes.
 - B) peso proporcional ao número de membros de cada segmento na instituição.
 - C) peso igualitário de 1/3 para cada segmento.
 - D) peso de 50% para servidores (docentes e técnicos) e 50% para discentes.
 - E) peso definido de forma autônoma pelo Conselho Superior de cada Instituto Federal.
25. No Direito Administrativo, a Teoria dos Motivos Determinantes em relação aos atos administrativos estabelece que
- A) o administrador pode escolher qualquer motivo para justificar sua decisão, desde que seja determinante para o bem público.
 - B) a motivação dos atos administrativos só é necessária para atos discricionários, pois o interesse público implica em fundamentação presumidamente determinante.
 - C) apenas os motivos previstos em lei podem ser usados, em razão do princípio da legalidade, para fundamentar um ato administrativo.
 - D) a validade do ato administrativo está vinculada à veracidade e à existência dos motivos específicos que foram declarados como sua causa.
 - E) a motivação é determinante para que ato administrativo seja válido, por isso o poder judiciário não pode analisar os motivos de um ato discricionário.

INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 traz conceitos importantes sobre a transparência na Administração Pública Federal. De acordo com a Norma, transparência ativa é a
- A) divulgação de informações públicas pela própria Administração, independentemente de solicitações.
 - B) entrega de informações quando o cidadão faz um pedido formal através dos canais de comunicação.
 - C) confirmação de uma informação por meio de solicitação de pedido de informação, realizada através da plataforma FalaBR.
 - D) divulgação de informações restritas aos servidores públicos dos órgãos de controle externo.
 - E) obrigação dos gestores de divulgar informações quando solicitadas pelas unidades do Judiciário.

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

27. Conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), a Comissão de Ética deve existir em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal. Nesse contexto, assinale a principal função da Comissão de Ética.
- A) Assessorar os gestores na aplicação de advertências em razão de infrações éticas.
 - B) Avaliar os controles internos, os canais de comunicação e os processos correccionais.
 - C) Orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor no exercício de suas funções.
 - D) Avaliar o desempenho ético dos servidores para fins de progressão funcional.
 - E) Elaborar normas internas para regular as atividades funcionais dos servidores.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 criou o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, cujo principal objetivo é
- A) criar cargos públicos específicos para fiscalizar casos de discriminação, assédio moral e sexual.
 - B) substituir as comissões de ética existentes nos órgãos públicos para tratar dos casos de assédio.
 - C) promover um ambiente de trabalho saudável e seguro, livre de assédio e discriminação.
 - D) conceder incentivos específicos aos servidores que atuarem em programas de combate ao assédio.
 - E) criar um regime disciplinar paralelo para tratar de casos de assédio e discriminação.
29. No Decreto Federal nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal, são estabelecidos mecanismos com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Assinale a opção que apresenta corretamente os mecanismos previstos no Decreto para o exercício da governança pública.
- A) Planejamento, gerenciamento de riscos e responsabilização.
 - B) Integridade, transparência e melhoria regulatória.
 - C) Controles Internos, gestão de riscos e transparência.
 - D) Liderança, integridade e monitoramento.
 - E) Liderança, estratégia e controle.
30. O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) aplicou um formulário aos estudantes para coletar informações pessoais e melhorar suas políticas internas. Entre os dados solicitados estavam: nome, número do CPF, endereço, convicção religiosa, dados bancários e e-mail. Nesse contexto, assinale a informação considerada um dado pessoal sensível segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- A) Convicção religiosa.
 - B) Dados bancários.
 - C) Número do CPF.
 - D) E-mail.
 - E) Endereço.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A gestão democrática é garantida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 206 e ratificada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996)

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...] VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Considerando o que estabelece o diploma legal, é possível concluir que a busca de democracia na esfera da educação pública requer

- A) participação da família na gestão da escola contribuindo nas decisões e ações administrativo-pedagógicas desenvolvidas.
- B) envolvimento dos membros da família responsáveis pelo planejamento das ações diárias como definição das metodologias.
- C) obrigação da família e responsáveis de visitarem a escola das crianças e adolescentes, pelo menos, uma vez por semana.
- D) desenvolvimento de atividades administrativas no sentido de contribuir para o bom funcionamento da escola.
- E) responsabilização pelas tarefas administrativo-pedagógicas como garantia de participação.

32. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/1996, Título V (Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino), a educação escolar compõe-se de

- A) educação básica, formada pelas creches e pré-escolas, educação profissional e tecnológica e educação superior.
- B) educação básica, formada por creches, pré-escolas e ensino fundamental I e II, educação profissional e educação superior.
- C) educação básica, formada por creches, pré-escolas, educação de jovens e adultos e educação superior.
- D) educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior.
- E) educação básica, formada por educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação superior.

33. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, versa sobre a proteção integral a crianças e adolescentes. Para os efeitos dessa lei, considera-se criança a pessoa até

- A) dez anos completos e considera-se adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- B) catorze anos de idade incompletos e considera-se adolescente aquela entre quinze e dezoito anos de idade.
- C) doze anos de idade incompletos e considera-se adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- D) treze anos de idade completos e considera-se adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- E) quinze anos de idade completos e considera-se adolescente aquela entre dezesseis e dezoito anos.

34. A divisão tradicional entre masculino e feminino é uma construção cultural que pode variar entre diferentes povos e evoluir ao longo do tempo. Nessa perspectiva, podemos inferir que o gênero de uma pessoa é

- A) uma questão de sua própria identificação, que pode ou não coincidir com seu sexo biológico.
- B) um fator fisiológico, histórico e social, que guarda profunda interação com a realidade.
- C) um elemento de identificação, transformada conforme as influências da vida cotidiana.
- D) uma estrutura de representação, que se manifesta fisicamente e modifica-se com o tempo.
- E) uma distinção simbólica, que se modifica conforme as influências do contexto social.

35. A lei 12.852/2013 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Conforme o disposto na referida lei, constituem princípios das políticas públicas de juventude:
- A) orientação para envolvimento ativo em todas as atividades da comunidade e participação nos processos decisórios e na elaboração de projetos.
 - B) colaboração na construção da autonomia e protagonismo e valorização do diálogo e convívio dos jovens com as demais gerações.
 - C) promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem e cooperação para o desenvolvimento de políticas públicas.
 - D) promoção da autonomia e emancipação dos jovens, valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações.
 - E) participação nas decisões políticas para o desenvolvimento integral do jovem e promoção da vida segura, da cultura de paz e da solidariedade.
36. As Diretrizes Indutoras da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica na Rede Federal constituem um documento que indica princípios e diretrizes para a indução, ampliação e fortalecimento da EJA EPTT na Rede Federal. Conforme tais diretrizes, essa oferta fundamenta-se nos seguintes princípios:
- A) construção identitária dos profissionais para o exercício da profissão; compreensão da aprendizagem como um processo de interação social; integração entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.
 - B) superação das desigualdades sociais; educação básica como direito para todas as pessoas; formação humana integral e integração curricular entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.
 - C) integração entre educação básica e profissional, tendo como foco a ciência e a tecnologia; formação de atitudes e de capacidade de comunicação, formação humana integral, visando melhor preparação para o trabalho.
 - D) educação básica como direito para todas as pessoas; curricularização pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos; formação de atitudes e de capacidade de comunicação visando melhor preparação para o trabalho.
 - E) construção identitária dos perfis profissionais; formação de atitudes e de capacidade de comunicação; formação humana integral e integração curricular entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.
37. A diversidade é entendida como uma construção histórica, cultural e social das diferenças, e a construção das diferenças ultrapassa as características biológicas observáveis a olho nu. Considerando essas afirmativas, é possível concluir que a análise sobre diversidade deverá ser realizada levando em consideração a sua interrelação com
- A) a necessidade de reinvenção do Estado para redimensionamento das estruturas de poder como única possibilidade de aceitação da diversidade.
 - B) os desafios da articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade para reconhecimento das diferenças como fator constituinte dos sujeitos sociais.
 - C) o envolvimento de cada parcela da sociedade com seu próprio movimento identitário como forma de reorganização dos sujeitos sociais.
 - D) a atuação das redes sociais como propiciadoras de formação de consciência, reconhecimento das diferenças e aceitação da diversidade.
 - E) os entrelaçamentos necessários entre governo, mercado e movimentos sociais como condição para reconhecimento e aceitação da diversidade.

38. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante que pessoas com deficiência possam exercer seus direitos civis, políticos e sociais de forma plena e com igualdade de condições. Conforme determina essa lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que
- A) apresenta características observáveis de deficiência, seja ela mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem diminuir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - B) tem impedimento de acessibilidade, em virtude de suas características, sejam de natureza física ou psicossocial, podendo ter diminuída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas quando em interação com barreiras.
 - C) tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - D) apresenta características que a distingue física, mental, intelectual e sensorialmente, pois sua capacidade é diminuída, não possibilitando sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas quando em interação com barreiras.
 - E) tem impedimento de curto prazo de natureza física, mental, intelectual e psicossocial e, quando em interação com barreiras, sua participação plena e efetiva na sociedade é dificultada, ficando, assim, em desvantagem com relação às demais pessoas.
39. A adoção da gestão democrática numa instituição de educação requer a superação da cultura autoritária e centralizadora e a participação crítica e consciente de toda a comunidade acadêmica, tanto no processo de tomada de decisão quanto nas formulações e nas implementações das políticas e das ações. Para que a gestão democrática se efetive de fato, faz-se necessário que a participação
- A) ocorra a partir do estabelecimento de relações entre conhecimentos gerais e específicos, ao longo do processo de formação, sob pilares que sustentam a cultura institucional.
 - B) e a socialização das experiências sejam sistematizadas e apresentadas por meio do estabelecimento de relações com a realidade externa e a cultura institucional.
 - C) ocorra através dos diversos segmentos que compõem a gestão e sejam validados pelos pares para garantir e referenciar a gestão institucional.
 - D) ocorra de forma piramidal e as proposições tenham como base a inter-relação entre os atores sociais envolvidos, definidos na avaliação institucional.
 - E) e a deliberação institucionais sejam acompanhadas e avaliadas sistematicamente por meio de mecanismos estabelecidos e definidos na avaliação institucional.
40. Dados apresentados em pesquisas vêm demonstrando que a utilização das tecnologias e mídias digitais ainda não são utilizadas em todas as suas potencialidades pelos docentes a fim de promover melhorias significativas nos processos de ensino e aprendizagem. Podemos citar como motivo(s) pelo(s) qual(is) esses recursos não têm produzido os resultados esperados, o(s) seguinte(s) fator(es):
- A) necessidade de incorporação de uma nova postura profissional, outra cultura, novos conceitos e novas práticas pedagógicas.
 - B) dificuldade na apropriação docente para a utilização pedagógica das mídias digitais em suas práticas escolares.
 - C) dificuldade na formação continuada de professores em tecnologias para promover a utilização dos aportes digitais nas práticas pedagógicas.
 - D) necessidade de alteração na forma de os docentes se relacionarem com as informações e com o conhecimento por meio do acesso às redes digitais.
 - E) necessidade de reflexão e busca de aperfeiçoamento técnico-pedagógico para a utilização das mídias digitais em suas práticas pedagógicas.

41. De modo geral, conceitua-se bullying como abuso de poder físico ou psicológico entre pares, envolvendo dominação, prepotência, por um lado; e submissão, humilhação, conformismo e sentimentos de impotência, raiva e medo, por outro. O bullying caracteriza-se objetivamente pelos seguintes critérios:
- A) conflitos pontuais e intencionalmente nocivos; intenção de causar dano e desequilíbrio de poder entre os envolvidos.
 - B) comportamento agressivo e intencionalmente nocivo; perseguição repetida e relação interpessoal assimétrica, caracterizada por uma dominação.
 - C) comportamentos impulsivos e intencionalmente nocivos; frustração por questões de saúde mental e relação assimétrica caracterizada por dominação.
 - D) comportamento incidental e intencionalmente nocivo; humilhação caracterizada por desequilíbrio de poder entre os envolvidos.
 - E) conflitos esporádicos e intencionalmente nocivos; expressão de sarcasmo ou ironia e desequilíbrio de poder entre os envolvidos.
42. A educação profissional deve constituir-se em um processo de ampliação e de desenvolvimento humano capaz de qualificar os sujeitos para uma profissão e para o exercício da cidadania crítica e emancipada. Considerando essa concepção, a uma instituição pública de ensino técnico e tecnológico cabe assegurar
- A) a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, ativando todas as esferas da profissionalização para um mundo cada vez mais dinâmico, competitivo e avançado científica e tecnologicamente.
 - B) o princípio da gerência da qualidade total empregado nas empresas, em detrimento da qualidade socialmente referenciada, promovendo a interação entre docentes e discentes e a autorrealização.
 - C) a qualificação profissional, buscando os indicadores de produtividade do mercado de trabalho, o que significa uma nova forma de produzir conhecimento e exercer a gestão.
 - D) a formação para o mercado de trabalho, voltada para o domínio de conhecimento em sua gênese científico-tecnológica, significando uma nova maneira de conceber estudantes e profissionais.
 - E) o desenvolvimento integral dos sujeitos, ativando todas as esferas da vida social, como a participação política e cultural, a interação com os outros seres humanos e a autorrealização.
43. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) constitui um avanço relativo às condições de permanência de estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Um dos avanços mais significativos refere-se às adaptações curriculares. Nesse sentido, o Estatuto consolidou o entendimento de
- A) oportunidade de adaptações curriculares de acordo com a modalidade de ensino do estudante.
 - B) obrigatoriedade das adaptações curriculares conforme a necessidade individual dos estudantes.
 - C) obrigatoriedade de adaptações curriculares segundo relatório médico apresentado pelo estudante.
 - D) oportunidade de adaptações curriculares em consonância com a solicitação do estudante.
 - E) obrigatoriedade de adaptações curriculares em conformidade com as orientações fornecidas pelo estudante.
44. O Decreto nº 5.840/2006 institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Conforme preconiza esse normativo, o PROEJA abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional:
- A) cursos técnicos de nível médio integrados à educação profissional e cursos subsequentes.
 - B) formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.
 - C) formação profissional e tecnológica, programas de educação profissional e especialização técnica.
 - D) cursos técnicos subsequentes e formação inicial e continuada de trabalhadores na educação profissional.
 - E) formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos de educação profissional tecnológica.

45. A divisão sexual do trabalho constitui-se em um histórico problema de gênero. Ela é legitimada por uma lógica binária que coloca as mulheres em situação de desvantagem. Assim, ao homem corresponde o polo dominante, oficial; e à mulher, o polo dominado, o oficioso. Na contemporaneidade, podemos perceber que a divisão sexual do trabalho
- A) expressa simetria, pois todas as profissões podem ser exercidas por ambos os sexos.
 - B) apresenta assimetria, pois as mulheres já conquistaram o espaço público e construíram sua independência.
 - C) expressa simetria, pois as atividades relativas aos espaços de poder, na maioria das vezes, são assumidas por mulheres.
 - D) apresenta assimetria, pois as atividades relativas ao cuidado, na maioria das situações, são atribuídas exclusivamente às mulheres.
 - E) apresenta assimetria, pois as ocupações de postos no mercado de trabalho não exigem distinção de sexo, mas qualificação.
46. A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola têm como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. Constituem-se metas dessa política:
- A) fomentar formação para gestão cidadã no âmbito da educação pública, com ênfase na promoção de experiência de atuação social na comunidade; qualificar profissionais da educação para a superação das desigualdades étnico-raciais; e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas).
 - B) proporcionar formação integral aos profissionais da educação para as relações étnico-raciais e educação quilombola, concentrar atenção em aspectos significativos das problemáticas étnico-raciais e nos desafios constatados nos estudos desenvolvidos e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas).
 - C) formar profissionais da educação para gestão e docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola, contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas).
 - D) integrar os conhecimentos específicos das diferentes áreas de estudo, aperfeiçoando os conhecimentos das relações étnico-raciais e de educação quilombola; estimular as atividades de pesquisa, contribuindo para a superação das desigualdades e promovendo convivência igualitária; e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas).
 - E) estimular pesquisas no âmbito da gestão e da docência acerca das problemáticas das relações étnico-raciais; proporcionar análises sobre a realidade social e sobre as problemáticas em questão, de modo que os estudantes construam novas percepções sobre o tema; e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas).

EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025

47. Estudos têm apontado que mais de 90% dos adolescentes, com idade entre 13 e 17 anos, têm acesso constante a smartphones e têm aumentado o tempo gasto on-line, tanto com celulares quanto com computadores. Esses dispositivos são utilizados como meios para o envio de mensagens entre celulares, vídeos, e-mails e mensagens em redes sociais. A ampliação do uso da internet associa-se ao aumento do cyberbullying, fenômeno contemporâneo que potencializa os efeitos do bullying tradicional. Tanto o bullying quanto o cyberbullying causam danos variados às vítimas. Dentre esses danos podemos elencar:
- A) comportamento amistoso, consumo abusivo de substâncias psicoativas, como álcool ou outras drogas.
 - B) agressividade, amadurecimento precoce, piora no desempenho acadêmico, tensão e preocupação excessiva com a imagem.
 - C) indiferença, melhora na auto-estima, atitudes agressivas e provocativas e evidentes alterações psicológicas.
 - D) ansiedade, sentimento de solidão, depressão, sintomas psicossomáticos e comportamento suicida.
 - E) dificuldades de aprendizagem, alteração comportamental, atitudes de conciliação e alterações no sono.
48. A juventude representa bem a diversidade do povo brasileiro, com origens sociais diferenciadas e importantes configurações identitárias. Conscientes do direito à diversidade e à liberdade de expressão, os jovens discutem temas contemporâneos como inclusão, gênero, orientação sexual, raça, meio ambiente etc. A ação do poder público na efetivação do direito dos jovens à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção de medidas, tais como:
- A) analisar as demandas dos jovens, reconhecendo seus direitos ao exercício da cidadania, acolhendo suas pautas e transformando em políticas públicas e promover a inclusão digital dos jovens por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.
 - B) valorizar a capacidade criativa dos jovens, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais, considerando a acessibilidade para jovens com deficiência e fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude.
 - C) incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa e promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência.
 - D) ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios e estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude.
 - E) proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à juventude e desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, relativas a esse público, como programas e ações para acesso às novas tecnologias.
49. O Ensino Médio, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), pode ocorrer de diferentes formas, incluindo a integração com a educação profissional e tecnológica. A vinculação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional e tecnológica emerge como uma alternativa viável de Ensino Médio Integrado. Quando se considera a formação básica sob a perspectiva da EJA integrada à EPT, alguns entraves se apresentam. Dentre esses entraves, podemos citar
- A) a dificuldade de encontrar escolas públicas que ofereçam essa modalidade nos grandes centros urbanos.
 - B) a incompatibilidade de carga horária das disciplinas de formação geral com as de formação profissional.
 - C) a incompatibilidade entre os turnos de oferta e o tempo livre das pessoas na faixa etária específica da modalidade.
 - D) a dificuldade de acesso dos estudantes a essa modalidade, em virtude das exigências requeridas na seleção.
 - E) a dificuldade de conciliar a jornada de trabalho dos estudantes com as atividades formativas e suas demandas pessoais.

50. Uma educação antirracista não apenas resgata a história de desigualdade que produz o atual tecido da nossa realidade excludente, como também celebra e visibiliza o legado de resistência política e cultural de famílias e comunidades negras. Nessa perspectiva, para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar de forma antirracista, é necessário que se constituam em espaços
- A) democráticos de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visem a uma sociedade justa.
 - B) de ensino, pesquisa e extensão dos temas referentes às comunidades negras e seu legado para a nossa cultura.
 - C) de conhecimentos avançados indispensáveis para o estabelecimento de estreita relação com a realidade dos educandos.
 - D) discricionários e capazes de estabelecer múltiplas e potentes relações com todos os setores da sociedade civil organizada.
 - E) de elaboração de políticas de identidade e de socialização dos saberes construídos pelos negros ao longo de sua trajetória histórica.

